



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Técnico em Contabilidade

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'M13', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) atingiu sua maioria plena em março de 2009, já que sua vigência se iniciou 180 dias após sua promulgação, em 11 de setembro de 1990. Primeiro regulamento específico do mercado de consumo no Direito brasileiro, o CDC é um documento normativo inovador pois, além de patrocinar uma mudança de paradigma nas relações de consumo, cujo campo de atuação é bastante amplo, serviu de inspiração para muitos países na construção de suas leis.

A cada ano, diferentemente do que se imaginava no início, vê-se que tanto os consumidores quanto as empresas estão mais conscientes e seletivos em relação aos seus direitos e deveres. Isso se deve ao crescimento e ao fortalecimento dos órgãos públicos de defesa do consumidor, das entidades civis de defesa, além da adoção de estratégias das empresas para aprimorar seu canal de comunicação com a clientela.

Devemos comemorar a maioria do Código ao constatar que a sociedade brasileira conta com mecanismos jurídicos adequados para a defesa de seus direitos. No entanto, ainda há muito o que fazer para que se tenha um mercado de consumo de qualidade, justo e equilibrado.

No século XXI é prioritária a necessidade de manter o diálogo aberto entre todos os atores desse mercado, como a principal ferramenta para a construção de práticas jurídicas sociais e responsáveis, levando-se em conta a transparência e os princípios éticos. As empresas devem ver no consumidor um parceiro e aliado, e jamais tratá-lo como adversário, pois ele é fonte de sustentabilidade para a sobrevivência de qualquer fornecedor. É importante também que o consumidor desenvolva a consciência de seu papel e de sua importância para a economia nacional. Para tanto, deve valorizar empresas preocupadas com questões relativas à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável.

Mas só isso não basta, ele deve estar atento para suas reais demandas e possibilidades, para o desperdício e o desequilíbrio de seu orçamento doméstico. Ou seja, precisa mudar seus hábitos de consumo, como, por exemplo, economizar água e energia elétrica, separar o lixo para reciclagem e também evitar compromissos com que não consiga, posteriormente, arcar. Em outras palavras, o consumidor consciente é aquele que leva em conta não só suas necessidades pessoais ao consumir, mas o impacto que essa ação possa trazer ao meio ambiente e ao bem-estar social.

(Maria Stella Gregori. O Estado de S. Paulo, B2 Economia, 6 de junho de 2009, com adaptações)

1. Há, no texto,
 - (A) elogio à implantação de um Código específico de controle do mercado de consumo, que deverá estabelecer as normas para a sustentabilidade ambiental, a partir de atitudes mais conscientes dos consumidores.
 - (B) censura geral aos consumidores desatentos, preocupados apenas com suas necessidades pessoais, em vez de exigirem que as empresas respeitem inteiramente os seus direitos.
 - (C) dúvida a respeito da eficácia de um Código que, apesar de sua vigência, ainda não consegue absorver, devido à amplitude e à diversidade que o caracterizam, todo o mercado de consumo.
 - (D) considerações pessimistas a respeito das relações estabelecidas, no mercado, entre empresários e consumidores, especialmente em razão da ausência de compromisso destes últimos com o meio ambiente.
 - (E) referência a resultados positivos a partir da vigência do Código de Defesa do Consumidor, mas também a problemas, que adquiriram importância atualmente.

2. As expressões que, de acordo com o 1º e 2º parágrafos, caracterizam o Código de Defesa do Consumidor são:
 - (A) inovação para o consumidor brasileiro // regulamento específico das relações comerciais entre empresas brasileiras.
 - (B) vigência plena após março de 2009 // ampla regulação do mercado de consumo no Brasil.
 - (C) documento regulador entre empresas e consumidores // modelo para leis semelhantes em outros países.
 - (D) estabelecimento de direitos e deveres // insistência na conscientização do consumidor.
 - (E) canais de comunicação das empresas // atendimento integral aos consumidores.

3. As empresas devem ver no consumidor um parceiro e aliado, e jamais tratá-lo como adversário ... (4º parágrafo)

A afirmativa acima decorre do fato de que

 - (A) posições contrárias e até mesmo conflituosas são relativamente comuns na relação que se estabelece entre empresas e consumidores.
 - (B) as empresas devem ter participação ativa no mercado, na medida em que atendem aos diversificados anseios de consumo da população.
 - (C) os empresários devem ser responsabilizados pelos problemas causados ao consumidor decorrentes dos produtos que colocam no mercado.
 - (D) os consumidores são importantes para a economia do país, e responsáveis também pela sustentabilidade social e ambiental.
 - (E) o mercado de consumo nada mais é do que local de disputas entre empresários que só buscam o lucro e consumidores insatisfeitos.



4. Isso se deve ao crescimento e ao fortalecimento dos órgãos públicos de defesa do consumidor ... (2º parágrafo)
- A afirmativa grifada acima refere-se, especificamente,
- (A) a um documento que trouxe inovações, ao regular o mercado de consumo brasileiro.
- (B) ao crescente reconhecimento de direitos e deveres respectivos, de consumidores e de empresas.
- (C) a uma alteração substancial nas relações comerciais entre as empresas.
- (D) à maior importância das leis reguladoras do mercado de consumo ainda existentes.
- (E) à maioria de um Código que regula o mercado, defendendo o consumidor.
-
5. ... cujo campo de atuação é bastante amplo ... (1º parágrafo)
- O pronome grifado acima substitui corretamente, no texto, a expressão:
- (A) do Código de Defesa do Consumidor.
- (B) do Direito brasileiro.
- (C) de paradigma do mercado de consumo.
- (D) das relações de consumo.
- (E) de um documento normativo inovador.
-
6. ... ao constatar que a sociedade brasileira conta com mecanismos jurídicos adequados para a defesa de seus direitos. (3º parágrafo)
- A oração grifada acima denota no período noção de
- (A) restrição.
- (B) condição.
- (C) consequência.
- (D) finalidade.
- (E) temporalidade.
-
7. ... que o consumidor desenvolva a consciência de seu papel e de sua importância para a economia nacional. (4º parágrafo)
- O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o do grifado acima encontra-se na frase:
- (A) ... *diferentemente do que se imaginava no início* ...
- (B) ... *vê-se que tanto os consumidores quanto as empresas* ...
- (C) ... *para que se tenha um mercado de consumo de qualidade, justo e equilibrado.*
- (D) *Mas só isso não basta* ...
- (E) ... *precisa mudar seus hábitos de consumo* ...
-
8. O Código de Defesa do Consumidor (CDC) atingiu sua maioria plena em março de 2009 ... (início do texto)
- O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está na frase:
- (A) ... *serviu de inspiração para muitos países na construção de suas leis.*
- (B) ... *que tanto os consumidores quanto as empresas estão mais conscientes e seletivos* ...
- (C) ... *que a sociedade brasileira conta com mecanismos jurídicos adequados* ...
- (D) ... *para aprimorar seu canal de comunicação com a clientela.*
- (E) ... *pois ele é fonte de sustentabilidade para a sobrevivência de qualquer fornecedor.*
-
9. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:
- (A) Seria necessário medidas que viesse proteger consumidores, alertando-os, porém, para sua responsabilidade nas relações que existe no mercado.
- (B) Os mecanismos de proteção com que conta a sociedade, impressos no Código, constituíram um marco na época em que esse entrou em vigência.
- (C) Está explícito, no Código de Defesa do Consumidor, os respectivos direitos e deveres tanto da parte de empresas quanto das dos consumidores.
- (D) Para que seja alcançado todos os objetivos propostos pelo Código, deve levar-se em conta as responsabilidades de todos os envolvidos no mercado de consumo.
- (E) Vários países, na época, tomou como modelo de leis semelhantes o Código de Defesa do Consumidor, documento pioneiro nessa área.
-
10. É inegável que o Código de Defesa do Consumidor trouxe muitos avanços.
A participação de todos os envolvidos na aplicação do Código de Defesa do Consumidor é necessária. Deve haver atuação integrada para a ampla eficácia do Código de Defesa do Consumidor.
- As afirmativas acima articulam-se em um único período com clareza, correção e lógica em:
- (A) Inegavelmente o Código de Defesa do Consumidor trouxe muitos avanços, mas, para sua ampla eficácia, deve haver atuação integrada, com a participação de todos os envolvidos em sua aplicação.
- (B) É inegável que o Código de Defesa do Consumidor trouxe muitos avanços, com a necessária participação de todos os envolvidos na aplicação desse Código de Defesa do Consumidor, a que deve haver atuação integrada para sua ampla eficácia.
- (C) É inegável os muitos avanços que o Código de Defesa do Consumidor trouxe na participação de todos os envolvidos na aplicação do Código, sendo necessário atuação integrada para a ampla eficácia do mesmo.
- (D) A participação de todos os envolvidos na aplicação do Código de Defesa do Consumidor é necessária, já que deve haver atuação integrada para uma eficácia do Código de Defesa, inegavelmente com muitos avanços.
- (E) É necessário uma atuação integrada para a ampla eficácia do Código de Defesa do Consumidor, que trouxe muitos avanços, com a participação de todos os envolvidos na aplicação do tal Código.



Atenção: As questões de números 11 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Os recifes de corais desempenham um papel vital nos oceanos, abrigando um quarto da biodiversidade marinha. Eles são usados pelos peixes para alimentação e reprodução, além de servir de abrigo contra predadores. Para multiplicar esses santuários ecológicos, tornou-se comum em muitos países a criação de recifes artificiais – em geral, grandes navios já fora de uso são afundados e aos poucos se cobrem de algas, moluscos e crustáceos.

O uso de embarcações como recifes envolve desafios. Para que a estrutura seja tomada por vegetais e peixes, é preciso submergi-la em locais com a profundidade ideal e condições adequadas de temperatura, luminosidade e salinidade. Outro pré-requisito é a rigorosa limpeza de todo o navio, para evitar a introdução na cadeia alimentar marinha de substâncias tóxicas presentes nos óleos, nos cabos e na pintura do casco. Os ambientalistas advertem que é necessário monitorar constantemente os recifes artificiais. "A concentração de peixes faz com que eles se tornem expostos à pesca predatória, inclusive com redes", explica um biólogo, especialista em corais.

O Brasil também tem navios usados como recifes artificiais. Um dos casos mais bem documentados é o do cargueiro Victory 8-B, afundado em 2003 a 8 quilômetros da costa de Guarapari, no Espírito Santo. O navio aumentou o turismo de mergulho na região, mas também provoca críticas de ambientalistas por atrair barcos de pesca que lançam redes de arrasto e gaiolas. Como não há fiscalização suficiente, as próprias escolas de mergulho assumem a tarefa de zelar pelo recife, retirando redes e denunciando a pesca irregular ao Ibama.

(Adaptado de Vanessa Vieira. **Veja**. 10/09/2008. p. 74-75)

11. Para multiplicar esses santuários ecológicos ... (1º parágrafo)

A expressão grifada acima se justifica, no texto, pelo fato de que

- (A) as atividades de mergulho acabam sendo atrativos para o turismo nas áreas em que estão os recifes artificiais.
- (B) a pesca, mais produtiva nessas áreas, estimula o crescimento econômico dos envolvidos nessa atividade.
- (C) os ambientalistas se preocupam com sua conservação, mantendo essas áreas livres da presença humana, capaz de destruí-los.
- (D) os recifes artificiais se tornam elementos importantes na reprodução e manutenção da biodiversidade marinha em seus arredores.
- (E) o afundamento de navios velhos, que não podem mais navegar em segurança, protege o homem e o meio ambiente.

12. O uso de embarcações como recifes envolve desafios. (início do 2º parágrafo)

Os desafios referidos acima se traduzem em

- (A) localização exata dos recifes artificiais e monitoramento das atividades de mergulho nessas áreas.
- (B) cuidados com o meio ambiente marinho ao afundar os navios e constante monitoramento dos recifes artificiais.
- (C) alimentação adequada para os animais que vivem nos recifes artificiais e controle das atividades pesqueiras na região.
- (D) permissão para pesca controlada nos recifes artificiais e expansão do turismo nas regiões em que eles se encontram.
- (E) fiscalização dos meios utilizados para mergulho nas proximidades dos recifes artificiais e cuidados com o ambiente marinho.

13. Identifica-se noção de causa no segmento:

- (A) *Para que a estrutura seja tomada por vegetais e peixes ...*
- (B) *Outro pré-requisito é a rigorosa limpeza de todo o navio ...*
- (C) *... que é necessário monitorar constantemente os recifes artificiais.*
- (D) *... explica um biólogo, especialista em corais.*
- (E) *Como não há fiscalização suficiente ...*

14. – em geral, grandes navios já fora de uso são afundados e aos poucos se cobrem de algas, moluscos e crustáceos. (final do 1º parágrafo)

O emprego do travessão introduz

- (A) um segmento de caráter explicativo em relação à expressão que o antecede.
- (B) um comentário desnecessário, cujo sentido está explícito na expressão anterior.
- (C) uma opinião pessoal, em oposição ao que foi expresso no período anterior.
- (D) um resumo esclarecedor do assunto desenvolvido no texto.
- (E) uma conclusão coerente com o que vem sendo exposto no contexto.

15. ... e aos poucos se cobrem de algas, moluscos e crustáceos. (final do 1º parágrafo)

A forma verbal que substitui corretamente a grifada acima, respeitando o sentido original, é:

- (A) vão cobrir.
- (B) tinha coberto.
- (C) são cobertos.
- (D) vai ser coberto.
- (E) estarão cobertos.



16. Considere as seguintes assertivas a respeito dos cargos em comissão e das funções de confiança:

- I. As funções de confiança e os cargos em comissão somente se destinam às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- II. A nomeação para cargo de Confiança ou Função Gratificada da Corregedoria-Geral da Justiça será feita por seus titulares e a nomeação pelo Corregedor Geral.
- III. Em regra, no âmbito da jurisdição do Tribunal ou juízo de primeiro grau, é permitida a nomeação, para os cargos em comissão, de parente em linha colateral de terceiro grau.
- IV. As funções de confiança somente podem ser exercidas por servidores efetivos do Poder Judiciário.

De acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I e IV.

17. De acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, as sanções disciplinares de advertência e suspensão são aplicadas pelo

- (A) Corregedor-Geral.
- (B) Presidente do Tribunal de Justiça.
- (C) Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.
- (D) Governador do Estado do Piauí.
- (E) Secretário da Justiça, na oportunidade.

18. De acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, com relação à posse e ao exercício, é INCORRETO afirmar:

- (A) A promoção não interrompe o tempo de exercício.
- (B) Poderá haver posse mediante procuração com poderes específicos para tal fim.
- (C) A posse ocorrerá no prazo de quinze dias, contados da publicação do ato de provimento.
- (D) O início, a suspensão e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.
- (E) Em regra, o servidor não aprovado no estágio probatório, se estável, será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

19. Débora e Jaqueline são analistas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Ambas praticaram infrações disciplinares, sendo Débora apenada com suspensão e Jaqueline com a pena de advertência. Se ambas não cometerem nova infração disciplinar neste período, os registros de suas penalidades serão cancelados, respectivamente, após o decurso de

- (A) quatro e dois anos.
- (B) cinco e três anos.
- (C) cinco e dois anos.
- (D) dois anos e um ano.
- (E) um ano e seis meses.

20. A Lei nº 3.716/1979 considera, como um dos requisitos para a criação de Comarca, que

- (A) a soma das receitas tributárias federal, estadual, municipal seja superior a cinco mil vezes o salário mínimo regional, em sua totalidade.
- (B) a população mínima seja de trinta mil habitantes no município, com, pelo menos, cinco mil na sede.
- (C) o território tenha área superior a duzentos e cinquenta quilômetros quadrados.
- (D) os serviços forenses respectivamente apurados tenham que sofrer desdobramento de, no mínimo, sessenta processos anuais, de qualquer natureza.
- (E) cinco mil eleitores estejam regularmente inscritos, com título de eleitores válidos.

Instrução: Para responder às questões de números 21 a 30, considere as tarefas abaixo.

Item	Tarefa
I	Encontrar, na Internet, um site que traga informações sobre direito, tais como leis, decretos e resoluções de governo, entre outras informações semelhantes.
II	Encaminhar, pela Internet, mensagem de agradecimento dirigida individualmente a determinados funcionários que colaboraram em um projeto de destaque no Tribunal, incluindo um cartão do Presidente elaborado com logotipo, para ser entregue junto com a mensagem.
III	Instalar, no computador pessoal, diretamente, um aplicativo disponível em um site na Internet.
IV	Tomar precauções contra intrusão, invasão e ataques indesejados, provenientes da Internet, no computador pessoal.
V	Evitar a propagação de <i>hoaxes</i> .
VI	Aumentar a capacidade de memória RAM instalando dispositivos compatíveis nos locais apropriados.
VII	Realizar <i>backups</i> de dados periodicamente.
VIII	Executar periodicamente um programa utilitário para varredura dos discos rígidos com o objetivo de analisar e reorganizar os pedaços de arquivos que ficam gravados em lugares diferentes dos discos (segmentos).
IX	Elaborar um cabeçalho padrão e personalizado, incluindo logotipo e data nos cabeçalhos dos documentos feitos no editor de texto (MS-Word).
X	Inserir data da criação do documento, no formato dd/mm/aaaa (dia, mês e ano), em todas as planilhas (MS-Excel).

21. Para satisfazer à tarefa I, deve-se tomar as seguintes ações:

- 1a. conectar-se à internet.
- 1b. abrir um navegador.
- 1c. acessar um site de busca.
- 1d. instalar linha e disco de alta velocidade e capacidade.

É correto o que consta em

- (A) 1a, 1b, 1c e 1d.
- (B) 1a, 1b e 1c, apenas.
- (C) 1a e 1c, apenas.
- (D) 1b e 1c, apenas.
- (E) 1c e 1d, apenas.



22. Na tarefa II, as ações tomadas corretamente são:
- (A) uso de correio eletrônico e anexação de documento em *e-mail*.
 - (B) uso de *blog* e publicação do cartão do Presidente.
 - (C) publicação do cartão do Presidente na Intranet e liberação de acesso apenas aos funcionários homenageados.
 - (D) publicação de site na Internet e publicação do cartão do Presidente.
 - (E) entrega de CD contendo a mensagem e o cartão do Presidente aos funcionários homenageados e liberação de acesso à Intranet.
23. O atendimento à tarefa do item III remete corretamente à ação de
- (A) fazer *download*, salvar o arquivo de instalação no *desktop* do disco local e copiar o arquivo salvo na pasta C:\Arquivos de programas.
 - (B) fazer *download* e executar o arquivo de instalação, apenas.
 - (C) copiar o arquivo de instalação para o disco local, apenas.
 - (D) recortar e executar o arquivo, apenas.
 - (E) fazer a transferência de arquivo, apenas.
24. Como medida preventiva citada na tarefa IV, é seguro e correto
- (A) a instalação de programas disponibilizados pelos *hackers* para proteção contra vírus.
 - (B) a conexão apenas com a Intranet.
 - (C) o uso de *firewall*.
 - (D) a desinstalação da barra de ferramentas do navegador.
 - (E) a desinstalação da barra de *status* do navegador.
25. A precaução mencionada na tarefa V tem por motivo a ciência de que frequentemente
- (A) ocorre a execução de programas antivírus não certificados.
 - (B) são executados arquivos anexados em sites maliciosos.
 - (C) existe falta de controle sobre arquivos lidos nos sites.
 - (D) ocorrem boatos espalhados para fins maliciosos ou para desinformação via *e-mail*.
 - (E) não são instalados programas antivírus.
26. Os locais apropriados mencionados na tarefa VI são, geral e comumente, identificados como
- (A) portas.
 - (B) *racks*.
 - (C) *slots*.
 - (D) *hubs*.
 - (E) *jumps*.
27. A ação recomendada na tarefa VII pode ser feita
- (A) em CD, apenas.
 - (B) em *pen drive* ou em CD, apenas.
 - (C) em *pen drive* ou em disquete, apenas.
 - (D) no próprio *hard disk* ou em CD, apenas.
 - (E) no próprio *hard disk*, em disquete, em *pen drive* ou em CD.
28. O correto, na tarefa VIII, é usar
- (A) um utilitário de limpeza de disco.
 - (B) uma ferramenta de remoção de arquivos particionados.
 - (C) um programa contra *spyware*.
 - (D) um processo de restauração do sistema operacional.
 - (E) um utilitário de desfragmentação.
29. Para cumprir a necessidade especificada na tarefa IX, estando com um novo documento aberto no editor, é necessário entrar na opção Cabeçalho e rodapé, subordinada ao menu
- (A) Configurar página.
 - (B) Inserir.
 - (C) Ferramentas.
 - (D) Exibir.
 - (E) Formatar.
30. O processo para cumprir o solicitado na tarefa X é, estando na célula que vai conter a data, escolher a máscara de data correta, mediante o acionamento do menu
- (A) Formatar, opção Células e Categoria Data, apenas.
 - (B) Formatar, opção Inserir e Categoria Data, apenas.
 - (C) Exibir, opção Barra de fórmulas e Categoria Data.
 - (D) Exibir e Categoria Data, apenas.
 - (E) Exibir, opção Células e Categoria Data, apenas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. A contabilização de uma receita pela entidade implica, **necessariamente**,
- (A) aumento do Ativo.
 - (B) aumento do Passivo.
 - (C) aumento do Patrimônio Líquido.
 - (D) diminuição do Passivo.
 - (E) diminuição do Patrimônio Líquido.
32. Uma companhia adquiriu matéria prima para sua produção industrial no mês de janeiro de 2009. No mês de fevereiro de 2009, o departamento de produção requisitou o lote inteiro de matéria prima para fabricação de um determinado produto da sociedade. A produção foi completada em março de 2009, mas somente foi vendida nos meses de abril e maio de 2009. O valor dessa matéria prima deverá ser lançado como custo, na escrituração contábil da companhia,
- (A) parte em abril e parte em maio de 2009.
 - (B) em abril de 2009.
 - (C) em março de 2009.
 - (D) em fevereiro de 2009.
 - (E) em janeiro de 2009.
33. A Cia. Monte Azul devia à Receita Federal do Brasil um montante de impostos e contribuições no valor de R\$ 260.000,00, entre o principal e os acréscimos legais (multa e juros). Ao aderir ao parcelamento favorecido instituído pela Medida Provisória nº 449/2008, a sociedade obteve anistia dos acréscimos legais no valor de R\$ 95.000,00. Essa redução no Passivo da companhia terá como contrapartida uma conta de
- (A) ganho de capital.
 - (B) receita.
 - (C) custo.
 - (D) retificação do Passivo.
 - (E) despesa.
34. No Balanço Patrimonial relativo ao exercício findo em 2007, a Cia. Noroeste de Tecidos apresentou um Patrimônio Líquido positivo de R\$ 80.000,00. No balanço patrimonial relativo a 2008, o total do Ativo da companhia correspondeu a R\$ 280.000,00. Sabendo que, em 2008, o Patrimônio Líquido da sociedade aumentou 40%, é correto afirmar que o valor do Passivo em 2008 foi equivalente, em R\$, a
- (A) 168.000,00.
 - (B) 175.000,00.
 - (C) 188.000,00.
 - (D) 192.000,00.
 - (E) 200.000,00.

35. Uma companhia efetuou um empréstimo a uma sociedade controlada. O lançamento desse fato contábil na companhia mutuante implicará aumento
- (A) no Ativo Circulante.
 - (B) no Ativo Realizável a Longo Prazo.
 - (C) em Investimentos.
 - (D) no Passivo Exigível a Longo Prazo.
 - (E) no Patrimônio Líquido.
36. Na Demonstração de Resultado do Exercício, trata-se de despesa classificada como dedução da Receita Bruta de Vendas:
- (A) Despesas Financeiras.
 - (B) Comissão de Vendedores.
 - (C) Imposto de Renda com base no Lucro Presumido.
 - (D) Descontos Incondicionais Concedidos.
 - (E) Despesas de Fretes com Vendas.
37. Uma sociedade adquiriu móveis e utensílios no valor de R\$ 150.000,00, pagando 20% à vista e o restante foi financiado em 10 parcelas. O lançamento referente a esse fato contábil implicará
- (A) débito na conta Móveis e Utensílios no valor de R\$ 30.000,00.
 - (B) aumento do Passivo da sociedade no valor de R\$ 150.000,00.
 - (C) débito na conta Fornecedores no valor de R\$ 120.000,00.
 - (D) decréscimo do Patrimônio Líquido da Sociedade em R\$ 30.000,00.
 - (E) aumento do Ativo da sociedade no valor de R\$ 120.000,00.
38. Em relação aos livros de escrituração contábil, é correto afirmar:
- (A) O Livro de Registro de Inventário de Mercadorias é de uso obrigatório, segundo a legislação comercial.
 - (B) As sociedades por ações estão dispensadas de escriturar o Livro de Registro de Entradas de Mercadorias.
 - (C) No Livro Caixa devem ser registradas todas as operações de vendas e compras da pessoa jurídica, independentemente de serem à vista ou a prazo.
 - (D) No Livro Razão, as contas do Ativo têm, via de regra, saldo devedor, mas há exceções.
 - (E) No Livro Diário devem ser escriturados todos os fatos contábeis, mas não obrigatoriamente em ordem cronológica.



39. Uma companhia comercial adota o sistema do inventário periódico. Os seguintes dados, dos quais já estão deduzidos, quando for o caso, os impostos recuperáveis, foram extraídos da escrituração contábil relativa ao exercício encerrado em 31-12-2008 (em R\$):
- Compras.....740.000,00
Estoque Inicial.....180.000,00
Abatimentos obtidos sobre Compras60.000,00
Frete pagos sobre Compras.....90.000,00
Estoque Final120.000,00
- O Custo das Mercadorias Vendidas dessa companhia no exercício de 2008 correspondeu, em R\$, a
- (A) 890.000,00.
(B) 860.000,00.
(C) 830.000,00.
(D) 800.000,00.
(E) 740.000,00.
-
40. A Comercial Estrela do Norte praticou as seguintes transações mercantis no mês de março de 2009, sendo que os preços unitários do estoque de compra já estão líquidos dos impostos recuperáveis:
- em 02/03: compra a prazo de 300 unidades pelo preço unitário de R\$ 100,00;
 - em 10/03: venda a prazo de 200 unidades pelo preço unitário de R\$ 250,00;
 - em 16/03: compra à vista de 160 unidades pelo preço unitário de R\$ 120,00;
 - em 30/03: venda à vista de 150 unidades pelo preço unitário de R\$ 260,00.
- Considerando-se que, em 27 de fevereiro de 2009, a empresa já possuía 200 unidades ao custo unitário de R\$ 90,00, o valor do estoque final, avaliado pelo método UEPS (último que entra, primeiro que sai), foi, em R\$, igual a
- (A) 29.200,00.
(B) 29.800,00.
(C) 31.000,00.
(D) 32.200,00.
(E) 34.200,00.
-
41. A Companhia Comercial Framboesa apresentou, no exercício findo em 31-12-2008, um lucro líquido de R\$ 300.000,00, que correspondeu a 20% de sua Receita Bruta de Vendas no mesmo período. Por hipótese, os impostos e contribuições incidentes sobre vendas montaram a 30% da receita bruta e não houve mais nenhuma despesa redutora do valor das vendas brutas. No mesmo período, o Custo das Mercadorias Vendidas da Sociedade representou o dobro do Lucro Bruto. Este último, portanto, equivaleu, em R\$, a
- (A) 300.000,00.
(B) 350.000,00.
(C) 525.000,00.
(D) 625.000,00.
(E) 700.000,00.
-
42. Uma empresa industrial adquiriu uma máquina no mês de abril de 1.999, cujo custo total de aquisição foi de R\$ 360.000,00. A máquina começou a ser utilizada para fabricação dos produtos da empresa no próprio mês de aquisição e a taxa de depreciação anual utilizada pela empresa para este tipo de bem é de 10%. O valor total da despesa de depreciação relativa ao equipamento em questão no ano de 2009 será, em R\$, igual a
- (A) 36.000,00.
(B) 27.000,00.
(C) 24.000,00.
(D) 18.000,00.
(E) 9.000,00.
-
43. É uma conta de Ativo sujeita à amortização:
- (A) Marcas e Patentes.
(B) Recursos Florestais Próprios.
(C) Terrenos.
(D) Jazidas Minerais.
(E) Benefícios Reembolsáveis em Imóveis de Terceiros.
-
44. Em relação à constituição de provisões, analise as afirmativas a seguir:
- I. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa deve ser constituída com base nas taxas admitidas pela legislação fiscal.
- II. A contrapartida da constituição de uma provisão é sempre uma conta de despesa.
- III. A Provisão para Contingências Trabalhistas é uma conta retificadora do Ativo.
- IV. As Provisões classificadas no Passivo têm a mesma natureza que as reservas de lucros.
- É correto o que consta em
- (A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I e IV, apenas.
(D) III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.
-
45. Representa uma conta de resultado que poderá ser transferida para reserva de lucro que, anteriormente à vigência da Lei nº 11.638/2007, era classificada como reserva de capital:
- (A) Reserva de Ágio na Emissão de Ações.
(B) Reserva Estatutária.
(C) Reserva de Prêmio na Emissão de Debêntures.
(D) Reserva Legal.
(E) Reserva para Contingências.



46. Dados extraídos do Balanço Patrimonial de uma determinada prefeitura (em R\$):
- Passivo Real a Descoberto..... 20.000,00
 Ativo Financeiro..... 100.000,00
 Passivo Permanente..... 250.000,00
 Ativo Permanente 320.000,00
- O Passivo Financeiro dessa prefeitura no exercício em questão correspondeu, em R\$, a
- (A) 150.000,00.
 (B) 170.000,00.
 (C) 190.000,00.
 (D) 200.000,00.
 (E) 210.000,00.
-
47. O Balanço Financeiro de um ente público apresentou os seguintes dados (em R\$):
- Receita Orçamentária..... 820.000,00
 Despesa Extra-Orçamentária 110.000,00
 Saldo para o Exercício Seguinte..... 180.000,00
 Receita Extra-Orçamentária 100.000,00
 Saldo do Exercício Anterior 150.000,00
- Com as informações fornecidas, é correto concluir que as despesas executadas pelo ente público nesse exercício totalizaram, em R\$,
- (A) 700.000,00.
 (B) 730.000,00.
 (C) 760.000,00.
 (D) 780.000,00.
 (E) 800.000,00.
-
48. No Balanço Orçamentário é demonstrada, entre outros conceitos, a economia orçamentária do ente público. Esta ocorre quando a despesa
- (A) fixada é menor que a receita arrecadada.
 (B) realizada é menor que a receita arrecadada.
 (C) realizada é menor que a receita prevista.
 (D) fixada é menor que a receita prevista.
 (E) realizada é menor que a despesa fixada.
-
49. Na Demonstração das Variações Patrimoniais, super-veniências ativas representam
- (A) aumento de valores representativos do passivo, de origem extra-orçamentária.
 (B) aumento de valores representativos do ativo, de origem extra-orçamentária.
 (C) aumento de valores representativos do passivo, de origem orçamentária.
 (D) diminuição de valores representativos do passivo, de origem extra-orçamentária.
 (E) diminuição de valores representativos do ativo, de origem extra-orçamentária.
-
50. O Plano Plurianual de um Estado da Federação
- (A) somente pode ser aprovado por lei complementar estadual.
 (B) deve ser elaborado por iniciativa da Assembléia Legislativa Estadual, que o submeterá à sanção do Governador do Estado.
 (C) tem vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato governamental subsequente.
 (D) deve ser elaborado de cinco em cinco anos.
 (E) conterá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas correntes dos quatro anos de sua vigência.
-
51. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, são discriminadas as
- (A) despesas de capital para o exercício subsequente.
 (B) receitas de capital do exercício corrente, apenas.
 (C) receitas de capital e as despesas de capital do exercício corrente.
 (D) receitas correntes e de capital para o exercício subsequente.
 (E) receitas correntes e de capital para o exercício corrente.
-
52. A Lei Orçamentária Anual da União compreenderá
- (A) apenas o orçamento fiscal da União.
 (B) o orçamento fiscal da União e o orçamento de investimento das empresas estatais, apenas.
 (C) créditos com finalidade imprecisa ou dotação ilimitada, desde que incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 (D) as despesas de pessoal, inclusive encargos sociais, as despesas de custeio e de investimento das empresas estatais.
 (E) o orçamento fiscal da União, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.
-
53. Em relação ao ciclo orçamentário, é correto afirmar:
- (A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve preceder cronologicamente o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.
 (B) A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) coordena e elabora a proposta orçamentária da União.
 (C) A Lei Orçamentária Anual da União poderá ser remetida ao Congresso Nacional sob a forma de Medida Provisória.
 (D) O Poder Legislativo está impedido de propor emendas ao projeto de lei orçamentária, por se tratar de matéria de competência exclusiva do Poder Executivo.
 (E) O Poder Judiciário brasileiro não goza de autonomia administrativa e financeira que lhe permita elaborar sua própria proposta orçamentária.



54. Os juros da dívida pública são classificados no orçamento como
- (A) transferências de capital.
 - (B) despesas de custeio.
 - (C) subvenções econômicas.
 - (D) despesas de capital.
 - (E) transferências correntes.
55. Constitui despesa de capital
- (A) a aquisição de serviços de terceiros.
 - (B) o montante de salários pagos a inativos e pensionistas.
 - (C) a subvenção paga a outro ente da Federação.
 - (D) a aquisição de material permanente.
 - (E) o montante de juros pagos por empréstimos recebidos pelo Estado.
56. A liquidação é uma fase do estágio da despesa orçamentária que resultará na
- (A) obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.
 - (B) redução de uma obrigação a pagar, por meio da emissão de uma ordem bancária em favor do credor.
 - (C) fixação de cotas trimestrais que cada unidade orçamentária poderá utilizar para realizar a sua programação de trabalho.
 - (D) redução de um ativo do ente público e o registro da respectiva despesa.
 - (E) verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios respectivos.
57. Com relação à avaliação dos elementos patrimoniais, de acordo com as normas da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar:
- (A) Os bens de almoxarifado devem ser avaliados pelo preço médio ponderado das compras.
 - (B) Os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, do ente público serão avaliados pelo seu valor nominal, ajustado ao preço de mercado, quando esse for menor que o de aquisição.
 - (C) Os bens móveis e imóveis serão avaliados pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção, vedada expressamente a sua reavaliação.
 - (D) Os valores em espécie, assim como os débitos e créditos, quando em moeda estrangeira, deverão ser convertidos em moeda nacional pela taxa de câmbio vigente na data de sua aquisição.
 - (E) A dívida fundada será escriturada de forma geral, de modo que a verificação, a qualquer momento, da posição dos empréstimos, bem como dos respectivos serviços de amortização e juros, somente poderá ser efetuada por meio de levantamento extra-contábil.
58. A contabilidade pública no Brasil adota o regime
- (A) de caixa para as receitas e despesas.
 - (B) de competência para as receitas e despesas.
 - (C) de caixa para as despesas e de competência para as receitas.
 - (D) de competência para as despesas e de caixa para as receitas.
 - (E) de caixa para as receitas e de competência para as despesas, exceto as despesas financeiras que serão lançadas segundo o regime de caixa.
59. A Nota de Dotação no SIAFI é um documento utilizado para registrar
- (A) os créditos previstos no Orçamento.
 - (B) eventos vinculados à movimentação de créditos.
 - (C) o pagamento de compromissos aos credores da administração pública.
 - (D) a apropriação de receitas e despesas.
 - (E) as despesas orçamentárias realizadas pela Administração Pública.
60. O convite é a modalidade de licitação entre
- (A) quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
 - (B) interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
 - (C) interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas.
 - (D) quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
 - (E) quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.